



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia seis de abril de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 70, de 29 de março de 2021, que “Determina prorrogação da Portaria nº 65, de 15/03/2021, que suspendeu temporariamente as atividades da Câmara Municipal de Nova Lima como prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, Covid-19, e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a ausência justificada do vereador José Carlos de Oliveira. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a possibilidade de fazermos um minuto de silêncio em virtude do falecimento do ex-vereador Joel Nascimento, vereador da Casa nas legislaturas de 1993 a 1996 e 1997 a 2000. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “por gentileza, gostaria que incluísse nesse minuto de silêncio o querido, também irmão que faleceu, Álvaro Luís Pessoa, conhecido como Binho, que se dedicou muito a nossa cidade, à maçonaria, aos escoteiros, enfim, gostaria que fosse incluído também nesse um minuto de silêncio”. Senhor Presidente: “ok, Álvaro”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Senhor Presidente. Gostaria também de incluir nesse minuto de silêncio o senhor Milton, trabalhou por muito tempo na JARI do nosso município, um servidor exemplar, muito carismático, todas as pessoas gostavam muito, pai do nosso grande amigo Hugo,



policial civil, que a gente possa incluir também nesse minuto de silêncio”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Presidente, questão de ordem. Eu acho que é aconselhável a gente estender aos 132 nova-limenses que a gente perdeu, vítimas da Covid”. Senhor Presidente: “correto, vereador Thiago. Em votação, em discussão. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Oito votos. Por favor, um minuto de silêncio”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária Virtual do dia trinta de março de dois mil e vinte e um foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por oito votos. A Senhora Secretária proferiu leitura da correspondência recebida: Do gabinete do vereador José Carlos de Oliveira. Ao Senhor Presidente. Ofício nº 68/2021. Nova Lima, 06 de abril de 2021. Informa que o vereador José Carlos de Oliveira não participará da sessão plenária do dia 06 de abril de 2021 por ter contraído o vírus da covid-19 e precisar permanecer em isolamento social. Senhor Presidente: “vamos torcer para correr tudo bem com o Boi”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.011/2021, autoria do Poder Executivo, que “Define o abuso e maus tratos contra animais e penaliza sua prática”. Após leitura, vereadora Juliana Ellen de Sales: “primeiramente boa noite, Presidente. Boa noite aos meus colegas vereadores e vereadora. É de extrema importância esse projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Eu sou uma defensora da causa animal e por entender e perceber que o abandono dos



animais aumentou nesse período de pandemia, e entender que isso configura como maus tratos, eu gostaria de solicitar que a nossa Casa fizesse parecer conjunto, se caso esse projeto tramitar por outras comissões, além da Comissão de Legislação e Justiça”. Senhor Presidente: “vou pôr em discussão a proposta da vereadora. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Será realizado parecer conjunto das Comissões de Legislação e Justiça, e Saúde Pública”. 2) Projeto de Lei nº 2.022/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a distribuir absorventes higiênicos e a instituir o programa de conscientização sobre a menstruação”. Após leitura, vereadora Juliana Ellen de Sales: “novamente, Presidente, gostaria de pedir aos nobres colegas para a gente emitir parecer conjunto. E aqui aproveitar para parabenizar o trabalho da prefeitura de Nova Lima, da Secretaria de Desenvolvimento Social, na figura do Diego Garzon, porque é uma discussão que ainda bem que ela está acontecendo e em um momento, onde temos duas mulheres representando a população feminina na Casa que é do povo. Falar sobre pobreza menstrual é urgente, é necessário, os dados levantados pelo Executivo são sérios, são reais e afetam muitas meninas, muitas jovens que deixam até de acessar a educação por vergonha, por não ter acesso a esses produtos menstruais. Então, eu gostaria de solicitar um parecer conjunto para dar celeridade a essa discussão”. Senhor Presidente: “em discussão a proposta da vereadora Juliana Sales. Em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Será realizado parecer conjunto das Comissões de Legislação e Justiça, Saúde Pública e Direitos humanos”.



3) Projeto de Lei nº 2.025/2021, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e estampidos, assim como quaisquer artefatos pirotécnicos e similares de efeito sonoro ruidoso no município de Nova Lima, altera a Lei nº 849, de 20 de dezembro de 1977 e dá outras providências”. Após leitura, vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, hoje eu estou falando, estou falando ‘pra caramba’, tenho perdido a timidez dessas reuniões online aqui. Então, pessoal, ontem eu fiz uma live super importante, com convidadas muito especiais da ONG Do Bem Pet e da RAMA, que é a Rede de Apoio de Mães Atípicas, que me ajudaram na construção desse projeto de lei, ou seja, ele teve participação popular, foi um pedido vindo da sociedade para que seja apresentada esta proposta. Eu gostaria que vocês, se possível, assistissem a live que ficou gravada no meu Instagram. E também gostaria de aproveitar a oportunidade para convidá-los, quinta-feira, para a gente fazer uma reunião virtual, nós, os dez vereadores, com representantes da ONG Do Bem Pet e com a Magali, representante da RAMA, para que elas possam apresentar para a gente dados técnicos, informações relevantes para nos dar ainda mais embasamento na hora da gente emitir os nossos posicionamentos referentes a essa PL. Creio que vai ser essa quinta-feira, às 19 horas, eu vou enviar o convite a cada um de vocês para a gente bater esse papo com elas, que eu acho que vai ser extremamente importante para que essa lei seja aprovada no nosso município. É isso”. O Projeto de Lei nº 2.025/2021 foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 2.026/2021, autoria do vereador Joselino



Santana Dias, que “Dispõe sobre o ressarcimento de despesas com o tratamento de animais vítimas de maus tratos no âmbito do município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou a vereadora Viviane Gomes de Matos como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. 5) Projeto de Lei nº 2.027/2021, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Institui o ‘Diploma Aluno Nota Dez’ para estudantes do ensino fundamental e médio das redes de ensino municipal, no âmbito do município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Cláudio José de Deus como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. 6) Projeto de Lei nº 2.028/2021, autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de adolescentes, jovens acolhidos na Casa Lar do Município de Nova Lima, pelas empresas contratadas pelos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.005/2021, autoria do Poder Executivo, que “Institui o ‘Programa Empresa Amiga do Esporte’ e o ‘Selo Empresa Amiga do Esporte’”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.006/2021, autoria do Poder Executivo, que “Institui o ‘Programa Vale do



Atleta Municipal na Cidade de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.007/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.662, de 12 de dezembro de 2018, que instituiu o Programa Bolsa Atleta Municipal”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.015/2021, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, “Institui Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial em função de particularidades relacionadas ao local ou natureza do trabalho dos profissionais de educação em virtude da Covid-19, por estarem utilizando dos próprios recursos para realizarem o exercício da profissão”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.018/2021, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder benefício financeiro aos proprietários ou arrendatários de veículos automotores, pessoas físicas ou jurídicas, para fins de aumento da cota-parte do Município de Nova Lima referente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao



Projeto de Lei nº 2.019/2021, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para trabalhadores formais e autônomos do comércio e prestadores de serviços de Nova Lima/MG que especifica; determina a adoção de medidas pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, no âmbito das compras públicas municipais, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 11.146/2021, face à pandemia de coronavírus (Covid-19) e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.021/2021, autoria do Poder Executivo, que “Institui o benefício de Aluguel Social para mulheres em situação de violência doméstica e familiar baseada no gênero”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, tendo em vista que a gente já deu parecer favorável com relação à legalidade dessa proposta encaminhada pelo Executivo, eu gostaria de solicitar aos meus pares a dispensa de parecer de outras comissões e também para que a gente possa votar em primeiro e segundo turno esse projeto ainda hoje, por entender a urgência que ele pede. Quanto mais o tempo vai passando, mais mulheres são e estão sendo vítimas de violência doméstica e, se a gente aprová-lo com celeridade, o Poder Executivo vai poder conceder ainda mais rápido esse benefício para essas mulheres que são vítimas de violência doméstica. Eu gostaria de consultar os meus pares para a gente fazer essa dispensa de parecer e também votar ainda hoje essa proposta”. Senhor Presidente:



“consulto o Plenário sobre a solicitação da vereadora Juliana Sales para a dispensa de interstícios e pareceres neste projeto. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. O projeto será votado ainda hoje”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem. Senhor Presidente, boa noite, demais vereadores, boa noite, público que nos assiste pelas redes sociais, uma boa noite especial. Senhor Presidente, eu acho que é louvável todas essas iniciativas, até a Juliana pediu que a gente votasse com celeridade. É só para fazer aqui uma colocação em relação à Casa, à Câmara Municipal, nós temos sido ágeis na tramitação e na votação de projetos, principalmente aqueles projetos que têm o intuito de dar algum benefício social para a comunidade. Só que essa agilidade não está sendo da mesma forma no Executivo Municipal. A gente agiliza aqui a votação, vou dar o exemplo, isso é uma crítica construtiva, eu não estou fazendo crítica no intuito de denegrir ninguém, eu acho que a gente tem que ter esse cuidado porque está tendo uma divulgação em massa de muitos benefícios do governo e eles não está chegando na ponta, exemplo, auxílio emergencial, até hoje as pessoas não receberam. Tem a questão do kit merenda escolar também, parece que teve um problema na licitação, nós estávamos conversando antes da reunião iniciar, não é, Viviane? É comida dentro da casa das pessoas, também não chegou, e assim vai. Então, é para deixar claro que a população... Ontem eu recebi uma mensagem de uma amiga falando: ‘olha, eu me inscrevi no auxílio emergencial, mas eles estão falando que o projeto está na Câmara’. O projeto já foi aprovado aqui há quase trinta dias. Então, que essa celeridade que a gente está tendo na aprovação, seja a





mesma também na resolução da aplicabilidade das leis, porque senão, fica a gente agilizando aqui e uma morosidade danada na ponta para chegar a quem mais precisa. Então, é só uma sinalização que eu estou dando aqui daquilo que eu estou vendo e é uma oportunidade de uma construção em conjunto com o Executivo, como o próprio prefeito nos pediu isso, que a gente fizesse uma construção transparente e conjunta. Então, a gente está vendo essa dificuldade na ponta, de os benefícios chegarem até aqueles que mais precisam. Eu acho que o bonito da política pública é exatamente chegar a quem precisa. Então, esta Casa está cumprindo o seu papel de celeridade nas votações, dispensando até pareceres de comissões extremamente importantes para as suas análises, para poder dar agilidade, mas essa agilidade tem que ocorrer também no Poder Executivo Municipal, porque senão não faz sentido. É um demérito para as comissões de análises, de averiguação de algum erro ou de uma possibilidade de uma emenda, um aprimoramento de um projeto, para que na ponta não chegue com a mesma agilidade que as pessoas precisam. É só um desabafo que eu faço, mas é num intuito muito respeitoso, é o que a gente está vendo, o que está sendo visto, que na ponta não está chegando com a mesma agilidade que essa Câmara tem aprovado os projetos”.

Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Tito, super pertinente a sua colocação. Eu acho muito importante que a gente faça essa construção mesmo de sugerir, de propor melhorias nas questões que a gente está vendo ali, que estão ainda um pouco empacadas, acaba que a gente que sofre toda essa pressão. Iniciamos hoje conversando sobre isso, antes da plenária, falando que temos sido realmente muito cobrados por parte



da população sobre os auxílios que foram aprovados na Câmara e muita gente não entende por que ainda não virou realidade na vida dessas pessoas. Às vezes, o tempo da gestão pública não é o tempo da fome, não é o tempo das urgências e das necessidades que a gente vê que são pulsantes na nossa sociedade. Então, assim, estou super de acordo com suas colocações. Eu acho que a gente, enquanto legislador, tem que fazer esse papel de contribuir, sobretudo nesse momento que é tão caótico para todos nós, a gente precisa ser parceiro do Executivo para ajudar a nossa população que anda sofrendo tanto nesse momento. Eu só queria dar uma puxadinha de orelha com relação ao termo ‘denegrir’, para a gente evitar esse tipo de termo no nosso vocabulário porque a gente sabe que ele não é positivo e é pejorativo para determinados grupos sociais. É só uma puxadinha de orelha mesmo. Parabéns pela sua colocação”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “Presidente, pela ordem. Eu preciso também falar aqui, Presidente, o que acontece? Realmente a gente está com projetos importantíssimos. Juliana junto comigo nas questões das mulheres e todos os nossos pares acompanhando a gente. Eu faço parte do Conselho Municipal das Mulheres em Nova Lima, o aluguel social é uma questão para as mulheres em vulnerabilidade, que realmente a gente precisa acelerar sim porque nós temos diversos casos que a gente já tem mapeados e que é necessário e urgente que essas mulheres tenham realmente esse aluguel para estarem com os seus filhos. E aqui eu vou deixar um pedido, que vocês possam me ajudar nisso. No mês de março, como eu passei pela secretaria de educação, muitas famílias não receberam a cesta básica no mês de março, então que a prefeitura possa, no mês de abril, entregar a



referente a março logo no início do mês e outra no final do mês, porque tem famílias passando muita necessidade. Eu estive em duas casas na tarde de hoje e eu falo para vocês que a realidade é sofrida, de ver crianças sem ter nenhum alimento na mesa. Isso a gente precisa entender que urge e a gente precisa realmente do Poder Executivo trabalhando nessas ações, que é realmente o local onde vai executar todas as nossas leis e os nossos pedidos. Então, fica aqui o meu pedido para que a gente possa acompanhar de perto e construir isso junto, porque quando a gente vê criança dentro de casa, sem poder sair de casa e as famílias sem conseguirem ter alimentos para os filhos, o que é uma realidade, a gente precisa realmente buscar conjuntamente resoluções para que isso seja ágil. Obrigada”. Senhor Presidente: “o projeto será votado em primeira e segunda votação ainda hoje”. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 2.009/2021, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e remissão fiscal, no âmbito do Município de Nova Lima”. Em discussão, o vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu tenho uma emenda em relação a esse projeto, eu quero é dividir aqui com vocês qual é a forma que vocês acham melhor. Eu não quero atrasar a tramitação do projeto, só que eu não tive como protocolar. Se vocês me permitirem, eu gostaria de lê-la ou se vocês acharem melhor, eu peço vista e encaminho para vocês. Basicamente, eu estou melhorando os descontos que estão colocados no projeto, somente isso. E também como ele tramitou um tempo na Casa, ele estava com adesão para os débitos até dia 31 de março, eu ampliei para até dia 30 de junho. Então, são mexidas pequenas, mas se



vocês me permitirem que eu leia a emenda aqui, eu posso fazer a leitura e a gente vota o projeto hoje. Se alguém achar que é necessário pedir vista, pode pedir, que eu encaminho a emenda posterior. Eu estou debatendo aqui para ser democrático, fica a critério do senhor, Presidente, e demais vereadores”. Senhor Presidente: “Tiago, prefiro que você peça vista no processo. Tudo bem?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ok. Se você puder só trazê-lo para votação na próxima sessão, por gentileza”. Senhor Presidente: “ok, combinado. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.021/2021 em primeira votação, em discussão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o assunto é o Aluguel Social?”. Senhor Presidente: “isto, o do Aluguel Social, proposta da Juliana Sales. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.021/2021 em segunda e última votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto 2.021/2021 à sanção”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimento: 1) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal o programa Casa Aberta para exposição e demonstração artística nos diversos segmentos da cultura. Aprovado por sete votos. 2) Autoria do vereador Anísio Clemente Filho: Requer que o Poder Executivo realize manutenção de via pública na travessa localizada na Rua Lauro Magalhães Santeiro (referência antiga ACM), tendo em vista que o calçamento já está totalmente danificado. Aprovado por sete votos. 3) Autoria do vereador Anísio Clemente Filho:



Requer que o Poder Executivo interceda junto ao DEER-MG no sentido de viabilizar um redutor de velocidade e faixa de pedestres na MG-030, à altura do nº 310, esquina com a Rua Rio Grande do Sul, no Bairro Nova Suíça. Aprovado por sete votos.

4) Aatoria do vereador Anísio Clemente Filho: Requer que o Poder Executivo analise a possibilidade de antecipação integral do pagamento do décimo terceiro salário aos servidores municipais da saúde que atuam diretamente na linha de frente do combate à pandemia covid-19. Aprovado por sete votos.

5) Aatoria da vereadora Juliana Ellen de Sales: Requer ao prefeito de Nova Lima a promoção de uma campanha informativa a ser desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Nova Lima acerca da Tarifa Social, benefício previsto na Lei Federal 10.438/2002, concedido pelo governo federal, que busca atender famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único. Aprovado por sete votos.

6) Aatoria da vereadora Juliana Ellen de Sales: Requer ao prefeito de Nova Lima a implementação de uma campanha solidária promovida pela Prefeitura Municipal de Nova Lima para a arrecadação de alimentos não perecíveis doados por aqueles que serão imunizados em postos do município e assim serem enviados à população em situação de vulnerabilidade. Aprovado por sete votos.

7) Aatoria da vereadora Juliana Ellen de Sales: Requer ao Senhor Presidente que seja encaminhada moção de pesar à família do Sr. Joel Nascimento, ex-vereador no Município de Nova Lima por duas legislaturas. Aprovado por sete votos.

8) Aatoria do vereador Thiago Felipe de Almeida: Requer ao Poder Executivo que tome providências urgentes para acelerar o processo de identificação e retorno dos resultados de testes para a Covid-19, realizados



pelas UPA's e UBS's. Em discussão, o vereador Thiago Felipe de Almeida: “Presidente, questão de ordem. Quero ressaltar que nesse momento que a nossa cidade e o nosso país enfrentam, de grande dificuldade na nossa saúde, acho que cada minuto pode salvar vidas. Isso que a gente pede é para que seja o quanto antes informado às pessoas, aos familiares, quem está positivo, negativo sobre a covid, porque esperar dois, três, cinco dias para ter um resultado é uma demora totalmente desnecessária. A nossa cidade tem condição de dar este laudo, o quanto antes, para cada pessoa que faz o teste. Então, eu clamo que o Executivo, os meus pares nos ajude, temos que lutar juntos para que a gente possa combater e, o quanto antes, a nossa cidade voltar à vida normal. É só com medidas assim que a gente vai conseguir salvar vidas. Obrigado a todos”. Requerimento aprovado por sete votos. 9) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de dois redutores de velocidade, na forma de uma lombada (quebra-molas), na Rua Celso Clark Lima, próximo ao nº 120, Bairro Olaria, referência: Sesi / Hortisul. Aprovado por sete votos. Senhor Presidente: “quarta parte, apresentação de oradores inscritos. Senhora Secretária, há algum?”. Senhora Secretária: “não. Danúbio pediu a palavra”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Danúbio”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Presidente, o senhor me permite, eu gostaria só de fazer um requerimento verbal. Presidente, na verdade, a gente está acompanhando a questão da vacinação, a gente sabe que vários segmentos estão solicitando que sejam incluídos na lista de prioridades. A própria vereadora Juliana trouxe a pauta dos nobres companheiros da limpeza urbana, que a gente sabe também da



importância dessa vacinação e está sendo feita em outras cidades. Mas a gente está acompanhando aqui e são duas categorias em especial que eu gostaria de solicitar ao Poder Executivo que também avaliasse essa possibilidade da vacinação. A primeira são os agentes da Guarda Civil Municipal e também da fiscalização da DFAU, uma vez que o Estado começa a vacinar amanhã os policiais militares, policiais civis e bombeiros militares, e não incluiu a imunização dos agentes da Guarda Civil Municipal. E a gente tem aqui hoje também, dentro da fiscalização, a gente sabe que somente os fiscais da DFAU ainda não tomaram essa vacina, então a inclusão dessas duas categorias. E também os nossos alunos com deficiência, todas as pessoas com comorbidades físicas, nós estamos falando dos alunos do Ana Nascimento, as crianças com autismo. Essas pessoas não conseguem se prevenir, não conseguem usar máscaras. A gente está vendo alguns municípios colocando como prioridade junto com os idosos, então que a gente pudesse também incluir todas essas pessoas com essas comorbidades, com deficiências físicas também nessa lista de prioridade na vacinação. Só fazer esse requerimento verbal para que possam ser inclusos na lista de prioridade, que o Poder Executivo possa avaliar isso para a gente”. Aprovado por sete votos. Senhor Presidente: “aproveitando o ensejo, informo que os membros escolhidos para compor a Comissão Temporária de Representação, Acompanhamento e Integração junto ao Poder Executivo nas ações de combate e enfrentamento à pandemia covid-19 serão Juliana Sales, Thiago Almeida e Viviane Matos. Encerramento, agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos”.

---